

Unico eloquente: sobre a produção de controvérsias na França seiscentista*

Unico eloquente: on the production of controversies in seventeenth century France

Luiz César de Sá Júnior**

Doutorando em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo apresenta uma breve análise de duas controvérsias francesas ocorridas no século XVII. Ao fazê-lo, sugere que elas possibilitaram a constituição de um tipo de emulação que girava em torno do modelo do *unico eloquente*, inaugurado por Jean-Louis Guez de Balzac e retomado na assim chamada “querela dos antigos e dos modernos”. Esse modelo era pautado pelo emprego sistemático de técnicas retóricas de amplificação, visando à conquista de suas audiências e à expectativa de alcançar a posteridade por meio de sua constante reatualização como *auctor/auctoritas*.

Palavras-chave: Jean-Louis Guez de Balzac; François de Callières; emulação; *unico eloquente*; *auctoritas*.

Abstract

This article presents a brief analysis of two French controversies occurred in the seventeenth century France. In doing so, it will suggest that they created a kind of emulation that revolved around the model of the *unico eloquente*, inaugurated by Jean-Louis Guez de Balzac and largely used by scholars throughout the so-called “quarrel between the ancient and the modern.” This model was guided by systematic use of rhetorical amplification techniques, aiming at the persuasion of its audience and the expectation of reaching posterity through its constant reactualization as *auctor/auctoritas*.

Keywords: Jean-Louis Guez de Balzac ; François de Callières; emulation ; *unico eloquente* ; *auctoritas*.

- **Enviado em: 09/12/2014**
- **Aprovado em: 11/08/2015**

* Gostaria de agradecer aos pareceristas anônimos pelas sugestões, aos funcionários da biblioteca de obras raras da Princeton University pelo criterioso aconselhamento que me auxiliou a recolher os materiais apresentados aqui e, muito especialmente, a Fernando Nicolazzi, que generosamente me convidou a discutir o texto no GT de Teoria da História e Historiografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2014, e a Rodrigo Turin, que tornou esse encontro possível. A pesquisa conta com o financiamento da CAPES.

** Doutorando em História Social. Esta pesquisa conta com financiamento da CAPES.

Eu estava rígido e frio, era uma ponte, estendido sobre um abismo.

Kafka, *A ponte*.

I

1. “É comportamento próprio de um homem imprudente lançar-se de um precipício para provar-se bom saltador”. Este era um insulto absolutamente decisivo nas práticas letradas seiscentistas, pois negar a alguém a qualidade da prudência equivalia a acusar sua inabilidade retórica e deficiência ética¹, razão pela qual a declaração teve repercussões duradouras, e foi o último golpe em uma amizade que até então mantivera-se firme.

O responsável pelo vitupério é Guez de Balzac, usualmente reconhecido como o protagonista da primeira grande “querela” francesa do século XVII². Ela teria começado em 1624, quando Balzac publicou suas *Lettres*, que conquistaram rapidamente a atenção de muitos letrados graças às estratégias editoriais adotadas e ao manejo seguro de um conjunto preciso de técnicas retóricas.

Toussaint du Bray, cuja área de atuação recobria obras mundanas, isto é, ficções diversas, poesia, filosofia vulgarizada, assim como *recueils* especializados em determinado gênero³ foi o editor responsável por preparar as *Lettres*. Em seu “avis de l’imprimeur au lecteur”, lemos os parâmetros que vieram a pautar as leituras e comentários ao livro nos anos subsequentes:

Eis as primeiras obras do senhor de BALZAC, que afortunadamente caíram em minhas mãos. Conhecendo sua excelência através do testemunho de tantos bons espíritos que as admiraram antes de mim, eu seria um ingrato se não as remetesse ao público para que se aproveitem delas; mas, uma vez que há algumas pessoas que pensam poder questionar todas as coisas, e que não poupam nem mesmo Horácio e Virgílio de suas Censuras, eu te advirto (Leitor) a não ficar com a opinião deles, a não ser que queiras ser acusado de fraqueza, e de não tomar-lhes imediatamente aquilo que encontrarás acima do alcance de teu espírito. Este estilo é tão belo, tão forte e tão limpo, que supera o julgamento dos de maior juízo, a eloquência dos séculos, e se tu te esforçares para encontrar ali defeitos, não serás digno de ser considerado delicado; dir-se-á que tu és inepto.⁴

1 TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: UNICAMP, 2010. P. 56.

2 BOMBART, Mathilde. *Guez de Balzac et la querelle des Lettres*. Paris: Honoré Champion, 2007.

3 JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature: histoire d’un paradoxe*. Paris: Gallimard, 2000. P. 29.

4 “Voicy les premières ouures de Monsieur de BALZAC, qui me sont heureusement tombées entre les mains. Cognoissant leur excellence par le tesmoignage de tant de bons esprits qui les ont admirées deuant moy, ie serois vn ingrât si ie ne les donnois au public pour en profiter; mais parce qu’il y a

Este aviso ao leitor, além de uma ode de Boisrobert, letrado com quem se correspondia há anos e que pode ter introduzido Balzac a du Bray, acompanhava uma declaração sem autoria:

Al Vnico Eloquente: El Señor de BALZAC

Francia, precias
Sin razon
Muchos por ser Eloquentes:
Callad pues ellos non son
Sino solò pretendientes.

Buscan la immortalidad:
Pero no tienen por suerte,
Imperio sobre la Edad,
Ni fuero sobre la Muerte.

BALZAC, a esta inmunidad
Solo con razon se atreue:
Y por este effeto escriue
Cartas à la Eternidad⁵.

Guez de Balzac e du Bray tinham propósitos claros ao enaltecer diretamente as *Lettres* por meio de elogios que poderiam colocar em jogo um princípio elementar do decoro, a afetação da modéstia. Em vez de narrar as circunstâncias da publicação, o aviso ao leitor destinava-se à produção de uma controvérsia. Afinal, nem os “tantos bons espíritos” de que fala du Bray, nem tampouco aqueles detratores que, incapazes de perdoar até mesmo os melhores dentre os antigos, haveriam de rechaçar as cartas de Guez de Balzac⁶, eram capazes de atingir sua excelência. A isso acrescentava-se a apresentação ao estilo limpo, belo e preciso de Balzac unida a um elogio de sua eloquência⁷, tratada como único caminho seguro para a imortalidade.

quelques personnes qui trouuent à redire en toutes choses, & qui n'exemptent pas mesme Horace & Virgile de leurs Censures, ie t'aduertis (Lecteur) de ne t'arrester pas à leur opinion, si tu ne veux qu'on t'accuse de foiblesse, & de ne reprendre pas avec eux incontinent, ce que tu trouueras au dessus de la portée de ton esprit. Ce stile est si beau, si fort, & si net, qu'il surpasse au iugement des mieux sensez, l'eloquence de tous les siecles, & si tu t'efforces d'y chercher des defauts, tu ne seras pas quitte pour estre estimé delicat, on dira que tu es desgouté.” BALZAC, Guez. *Lettres*. P. i-ii.

⁵ BALZAC, Guez. *Lettres*... P. v-vi.

⁶ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature*... P. 31.

⁷ Sigo aqui a nomenclatura das fontes analisadas, notando, contudo, que o termo “eloquente” será progressivamente remetido à oratória nas práticas letradas francesas do século XVII, cabendo à escrita o termo “elegante”. A própria “querelle des Lettres” o exemplifica, na medida em que uma das críticas apresentadas a Balzac ia nesse sentido. Jean-Pierre Camus proporá que a pena de Balzac só poderia lhe valer o título de “elegante” (termo para “auteurs”), mas não de “eloquente” (termo para “orateurs”), o que teria servido para indicar sua ignorância técnica. BOMBART, Mathilde. *Les “Querelles de*

A astúcia editorial exaltava o *auteur* Balzac em detrimento de qualquer impresso que o justificasse. Antes mesmo de serem lidas⁸, as *Lettres* eram admiradas, criticadas e polemizadas por um *public* intuído, anterior a outro, esperado, sobre o qual ficou imposta de saída a ameaça de inaptidão. As figuras do editor e dos letrados que compuseram as apresentações às cartas deveriam impedir que esse dispositivo fizesse com que o livro fosse taxado de vulgar, uma vez que as definições de *honnête homme* e de *galanterie*, espinha dorsal daquelas práticas, impeliam ao discurso que “não se vangloria de nada”, que simula nada falar de si, atribuindo a outrem essa tarefa⁹.

Mas dois passos decisivos, o poema e a ausência de dedicatória a algum dignatário, forçavam esta prescrição ao reservar a eloquência exclusivamente ao nome “Guez de Balzac”, fechando o circuito aristocrático¹⁰ da urbanidade e dos elogios mútuos que então eram o eixo em torno do qual gravitavam *la court et la ville*¹¹. É por essa razão que Balzac será chamado de “Narciso” em diversas reações às *Lettres*.

Portanto, esses escritos investem numa forma de *disputatio* que afetava uma distância entre o letrado e seus modelos e rivais. Essa decisão acarretava o risco, prescrito por Quintiliano (*Institutio oratoria*, X, 1, 24-25), do *indulgere (in)genio suo*¹², deixar-se levar pelo próprio engenho, ou seja, desobrigar-se das restrições impostas pela técnica, pela matéria, pela audiência e, catolicamente, pela *humilitas*¹³. Com essa expressão, Quintiliano sinalizava o

l'Éloquence”: Art oratoire et conscience scripturaire au XVIIe siècle. In: JOURDE, Michel; MONFERRAN, Jean-Charles. *Le lexique métalittéraire français*. Genève: Droz, 2006. P. 58.

⁸ Evidentemente, a ausência de leituras prévias a que se fez menção não diz respeito ao desconhecimento absoluto das cartas de Guez de Balzac, mas a um dispositivo de ocultamento de uma circulação que certamente ocorreu em manuscritos para amplificar as virtudes do letrado, como veremos. JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 28.

⁹ VIALA, Alain. A eloquência galante. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2013. P. 171.

¹⁰ Importa salientar que o modelo aristocrático funcionava genericamente, “até mesmo entre os autores que de forma alguma são aristocratas.” CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: UFSCAR, 2012. P. 67.

¹¹ Auerbach percebeu bem a antiga relação semântica entre os termos *ville* e *urbanitas*: “O caráter elitista da palavra *ville*, cuja evolução é muito semelhante àquela das palavras latinas *urbs*, *urbanus*, *urbanitas*, já se evidencia em testemunhos mais antigos que a combinação *la cour et la ville*. AUERBACH, Eric. *La cour et la ville*. In: *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: 34, 2007. P. 215.

¹² LECOINTE, Jean. *L'Idéal et la différence: la perception de la personnalité littéraire à la Renaissance*. Genève: Droz, 1993. P. 61.

¹³ O decoro da diminuição do *auctor* no exercício retórico também tem a ver com o substrato cristão inerente ao sermo humilis, frequente, por exemplo, em Agostinho. Nesse caso, a *auctoritas* deriva de um humillimo genere loquendi, que afetava a clareza para todos os que não eram *leves corde*, levianos de coração, como lemos nas *Confissões* (VI, 5, 8): “Sua autoridade pareceu-me tanto mais venerável e digna de sacrossanta fé, quanto mais era disponível para a leitura de todos e reservava a dignidade de seu mistério à inteligência mais profunda, oferecendo-se a todos com as palavras mais claras e com o mais simples estilo de discurso, despertando o interesse daqueles que não são levianos de coração, para receber a todos em seu seio comum e pela porta estreita transportar a Ti uns poucos, mas muito mais numerosos do que se ela estivesse no elevado cume da autoridade e não atraísse multidões ao regaço de santa humildade”. [eoque mihi illa venerabilior et sacrosancta fide dignior apparebat auctoritas, quo et

perigo de deixar-se levar pelo próprio engenho, desobrigando-se das restrições impostas pela técnica, pela matéria e pela audiência. No tempo em que viveu Guez de Balzac, a escrita dependia fortemente da comparação com aqueles escritos que superaram as provas do tempo. Nenhuma escrita a partir de circunstâncias empíricas, como era suposta a das cartas, prescindia da comparação com outros argumentos aparentados em gênero e propósito, razão pela qual situavam-se no âmbito de funções e práticas fortemente codificadas; se superar toda instância de comparação poderia significar a conquista de uma posteridade duradoura, um lugar entre as *auctoritates* da eloquência, porque produtora de uma “novidade” nesse regime, pesava sobre essa conduta a possibilidade de a recepção solapar o texto, por julgá-lo fingimento inepto, originalidade vulgar. Signo de vaidade, a ausência da *humilitas* recendia a *vanitas*, ação imponderada e desmedida que poderia apagar o combustível da posteridade. Ainda assim, como dito, seus ganhos haveriam de ser seriam ser significativos na medida em que, se o procedimento fosse bem sucedido, Guez de Balzac poderia se tornar uma referência numa técnica quase inexplorada, promovendo um rearranjo de tópicos e conceitos digno de ser emulado. Bem ponderados os cálculos dessa ação, Du Bray e Guez de Balzac eram, na feliz definição de Christian Jouhaud, muito mais provocadores que profetas¹⁴.

2. As *Lettres* foram reeditadas sucessivamente a partir de 1624. Tornaram-se, do ponto de vista da retórica, uma espécie de eixo da *auctoritas* de Balzac. A *auctoritas* era um dispositivo técnico de representação cujo objetivo principal era produzir a presença de hierarquias. Como explica João Adolfo Hansen, as tipologias retoricamente inventadas pela representação pressupunham uma topologia das relações sociais refletida como representação¹⁵. Assim, a publicação das *Lettres* fundava um *espaço* emulativo, que postulava não somente a concorrência com os demais letrados, submetidos ao poder do “único eloquente”, mas também com as *auctoritates* greco-latinas. Situando-se acima de todos e, ao mesmo tempo, nos quadros de certa previsibilidade discursiva – os discursos somente funcionavam porque seus mecanismos eram compreendidos de antemão pelos destinatários –, propiciava o aparecimento de outros textos, gerando a expectativa de respostas que deveriam elogiar ou vituperar sua posição.

omnibus ad legendum esset in promptu et secreti sui dignitatem in intellectu profundiore servaret, verbis apertissimis et humillimo genere loquendi se cunctis praebens et exercens intentionem eorum qui non sunt leves corde, ut exciperet omnes populari sinu et per angusta foramina paucos ad te traiceret, multo tamen plures quam si nec tanto apice auctoritatis emineret nec turbas gremio sanctae humilitatis hauriret]. Para um estudo abrangente desta questão, cf. AUERBACH, Eric. Sermo humilis. In: *Ensaio de literatura ocidental...* P. 55. A citação foi traduzida por João Ângelo Oliva Neto.

¹⁴ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 33.

¹⁵ HANSEN, João Adolfo. *Autoria, obra e público na poesia colonial luso-brasileira atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Ellipsis*, Vol. 12, 2014.. P. 100.

Mais de trinta escritos cumpriram este papel entre a publicação das *Lettres* e o momento de arrefecimento da controvérsia, em 1630. Aquele que “encerrou” a polêmica, *Conférence académique sur le différend des Belles Lettres de Narcisse et de Phyllarque*, escrito por Jean-Pierre Camus, propõe a organização de seus episódios e protagonistas a partir de um sentido unitário que de algum modo recapitula a trajetória estipulada pelo aviso ao leitor de du Bray. A *Conférence* apresenta um narrador, seis debatedores e um moderador de seus diálogos, em que parlamentavam de modo hostil ou amigável frente a Guez de Balzac¹⁶.

A trajetória editorial das *Lettres* é típica no sentido do acompanhamento de alguns princípios do decoro de *honnête homme* caracterizado pelas defesas que acompanham os estratégias de controvérsia de que lançou mão. Era singular no sentido do modo como a emulação se dava, orientando-se por meio de uma comparação com os demais concorrentes antigos e modernos, e que resultava na figura do *auctor* Guez de Balzac.

3. Théophile de Viau provavelmente conheceu Guez de Balzac por volta de 1613, e é certo que estiveram juntos em Leiden em 1615, quando seguiram alguns cursos na universidade. No regresso a Paris, este introduziu de Viau ao conde de Candale e ao duque de Épernon, ambos ligados à coroa¹⁷. A notoriedade conquistada por Théophile de Viau a partir da aliança com poderosos homens de corte foi simbolizada pela publicação de suas *Oeuvres* em 1621. A carta ao leitor, escrita sob o nome “Théophile de Viau”, expressava o sucesso de sua atuação ao mesmo tempo em que procurava se defender das críticas que recebia. A polêmica é assumida, mais uma vez, como ponto de partida da publicação:

Porque minha conversação é pública, e porque meu nome não pode se esconder, apraz-me publicar meus escritos, que se encontram assaz conformes à minha vida, e muito distantes do ruído que fizeram correr a meu respeito. Eu bem sei que na cega confusão de uma reputação ignorante falaram de mim como homem merecedor de perecer como exemplo, sem que jamais a Igreja nem a Corte¹⁸ tenham repreendido nem meu discurso, nem minhas ações¹⁹.

¹⁶ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 36.

¹⁷ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 40.

¹⁸ A presença do privilégio real e a organização do texto por editores conhecidos – instalados que estavam na rue S. Jacques, localização das casas editoriais mais relevantes daquela Paris, o confirma. DE VIAU, Théophile. *Les Oeuvres du Sieur Théophile*. Paris: Jacques Quesnel, 1621. P. xix.

¹⁹ “Puisque ma conuersation est publique, & que mon nom ne se peut cacher; ie suis bienaise de faire publier mës escrits, qui se trouueront assez conformes à ma vie, & tres esloignez du bruict qu’on a fait courir de moy: le sçay bien que dans l’aueugle confusion d’vne reputation ignorante on a parlé de moy comme d’vn homme à perir pour exemple, sans que iamais l’Eglise ny le Palais ayent reprins ny mon discours, ny mes actions.” DE VIAU, Théophile. *Les Oeuvres du Sieur Théophile...* P. i-ii.

Tendo se passado através da figura do *auctor*²⁰, a comunicação das fórmulas de *humilitas* foram evidenciadas com maior intensidade do que aquela envergada por du Bray ao falar de Guez de Balzac. De Viau assume que as críticas contrárias à sua imagem junto ao público originavam-se daqueles que não eram nem seus amigos nem conhecidos, e seriam, portanto, incapazes de afetar alguém que portava virtude tão perfeita que só poderia mesmo despertar o seu contrário²¹. As afrontas dos desconhecidos associam-se, em seu argumento, a um estado de depreciação de todas as gentes do país, num raciocínio de tipo analógico que transformava as críticas em metonímias de uma condição experimentada pelo corpo do Estado. De Viau não se apresentava como o único eloquente; preferia, antes, o *ethos* do único virtuoso:

Os espíritos dos homens são frágeis e diversos por toda a parte, principalmente na Corte, onde as amizades só se forjam no interesse ou na fantasia; o mérito não se julga senão pela prosperidade, e a virtude não brilha senão nos ornamentos do vício. A eloquência só faz persuadir a liberdade e os maus costumes [...] e ser hábil é de fato trair. A razão é desconhecida, a Religião ainda mais. O Rei está cercado por revoltas, Deus só ouve impiedades, tão maldito é o século no Céu e na terra. Os homens de letras nada sabem, a maior parte dos juízes é de criminosos [...]. Nesta tormenta de todas as coisas, [...] eu não mudarei meu nome, nem meus pensamentos; desejo sair sem máscaras diante dos maiores censores [...]²².

Sair sem máscaras. De Viau empregou uma tópica fundamental nessa passagem, formulando aquilo que viria a estar no centro da construção de *ethos*. Uma vez que, como é bem sabido, o modelo do discreto previa precisamente a tomada de “máscaras” em todas as

²⁰ Há um aviso ao leitor por parte dos editores, que alertam não ter sido possível ordenar o texto porque não puderam contar com de Viau nesta etapa do processo de publicação. Eles salientam que uma segunda edição viria com as correções e ajustes necessários: “En l’absence de l’Auteur nous auons imprim[e] ce que nous auons peu recueillir de ses Oeuvres, vous ne sçauriez y trouuer de l’ordre iusques à la seconde Edition où nous esperons qu’il prendra la peine de les renger & de les corriger.” DE VIAU, Théophile. *Les Oeuvres du Sieur Théophile...* P. xx.

²¹ “Tous ceux qui parlent mal de moy ne sont ny de ma conuersation, ny de ma cognoissance. Je me puis vanter d’auoir assez de vertu pour imputer à l’enuie les mesdisances qui m’ont persecuté.” DE VIAU, Théophile. *Les Oeuvres du Sieur Théophile...* P. ii.

²² “Les esprits des hommes sont foibles & diuers par tout, principalement à la Cour, où les amitez ne sont que d’interest ou de fantasia: le merite ne se iuge que par la prosperité, & la vertu n’a point d’esclat que dans les ornemens du vice: l’eloquence n’a plus de grace qu’à persuader la liberté, & les mauuaises moeurs: la pointe & la facilité de l’esprit ne paroist plus qu’à mesdire ; estre habile c’est bien trahir: la raison est incongneuë , la Religion encore plus; le Roy ne void que des reuoltes: Dieu n’entend que des impietez, tant le siecle est maudit du Ciel & de la terra: les gens de lettre ne sçauent rien: la plus-part des luges sont criminels, passer pour honneste homme c’est ne l’estre point. Dans ce rebours de toutes choses, l’ay de l’obligation à mes infamies, qui au vray sens se doiuent expliquer des faueurs de la renommee. Sur cette foy ie ne changeray ny mon nom, ny mes pensees; & veux sortir sans masque deuant les plus censores des escholes les plus Chestiennes.” DE VIAU, Théophile. *Les Oeuvres du Sieur Théophile...* P. i-iii.

situações do *decorum*, a *auctoritas* de de Viau afetava um lugar especial do “eu” no discurso²³. Se, no bem formulado juízo de Hobbes, fora de máscara não há nada senão o “caos de desejos disformes que precisam ser dominados para assegurar a sobrevivência”, a identidade só era possível como máscara construída e assumida ostensivamente²⁴. Quando abandonada por de Viau em prol da “verdade” e da “sinceridade”, que aqui são tópicos, permite-lhe envergar o estatuto do *honestum*, relegando a posição de *turpe* a seus detratores.

As semelhanças técnicas aproximam as invenções associadas aos nomes de Viau e Balzac. Ambos manejavam os livros com editores que tratavam a escrita como uma forma política que desencadeava ações e reações, que persuadiam retoricamente para alcançar prestígio e salvaguardar posições já conquistadas. Tornavam-se, desse modo, especialistas numa “política da escrita”. Ambos escreviam “na perspectiva de um uso político e no âmbito – e no serviço – de uma ação”²⁵. A política da escrita previa algo além da *auctoritas* voltada à representação de hierarquias. Suas condições de satisfação²⁶ também incidiam sobre mudanças no juízo da recepção dos leitores letrados e na corte, que premiava a emulação e o decoro mais bem sucedidos com a oportunidade de elogiar a monarquia. Seu respectivo “isolamento” em técnicas retóricas que afetavam antirretóricas partilhavam um fundamento também comum, e que viria a se tornar decisivo em todas as práticas de emulação vinculadas a controvérsias na França do século XVII: a *amplificatio*²⁷.

4. De Viau e Guez de Balzac não eram os únicos capazes de empregar as técnicas retóricas numa política da escrita, e tiveram suas ampliações contestadas. Já vimos como

²³ HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 34.

²⁴ Stephen Greenblatt sintetizou este aspecto com precisão: “But for Hobbes there is no person, no coherent, enduring identity, beneath the mask; strip away the theatrical role and you reach either a chaos of unformed desire that must be tamed to ensure survival or a dangerous assembly of free thoughts (‘because thought is free’, 3.37.478) that must – again to ensure survival – remain unspoken. Identity is only possible as a mask, something constructed and assumed [...]” GREENBLATT, Stephen. *Psychoanalysis and Renaissance culture*. In: *Learning to curse: essays in early modern culture*. New York: Routledge, 1990. P. 143.

²⁵ A leitura de Jouhaud apresentada aqui dizia respeito somente a Balzac. Penso que ela pode ser estendida a de Viau. JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 39.

²⁶ Empresto a noção de “condições de satisfação” da obra de John Searle. Para ele, “[...] o objetivo da intenção não é representar as coisas como são (ou seja, do mesmo modo pelo qual se supõe que as crenças representem como as coisas são), mas produzir mudanças no mundo para que este, mais especificamente, o comportamento de alguém, se adapte ou se torne adequado ao conteúdo da intenção.” SEARLE, John R. *Consciência e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. P. 236.

²⁷ A *amplificatio* é reconhecida desde o mundo antigo como uma das ferramentas mais notáveis da retórica. Sócrates, em seu *Panegyricus*, elogiava a *amplificatio* por sua elasticidade (tornar o antigo novo, o novo antigo, imbuir o pequeno de grandeza); sendo possível falar de diversas maneiras do mesmo assunto, era ela quem possibilitava a vital superação dos discursos passados. Seus preceitos foram codificados por diversos retóricos, podendo ser achados em Aristóteles, Cícero, Menandro, Quintiliano, etc. MONTEFUSCO, Lucia Calboli. Stylistic and Argumentative Function of Rhetorical “Amplificatio”. *Hermes*, Nº 132, 2004. P. 69-81.

Balzac teve de interagir com dezenas de textos que procuraram se encaixar nas cercanias de sua *auctoritas*. Com de Viau se passou algo diferente.

Em novembro de 1622, edita-se em Paris uma coletânea de versos satíricos intitulada *Le Parnasse satyrique des poètes de ce temps*. O livro diferia de outras coletâneas semelhantes, como o *Cabinet Satyrique*, de 1618, por não contar com privilégio real. O texto foi inicialmente atribuído ao editor Antoine de Sommaville, mas pertencia de fato à oficina de Antoine Estoc, livreiro e impressor desde 1611²⁸.

O frontispício apresenta apenas o título, sem mencionar o editor e o local da impressão²⁹. Esses elementos e o conteúdo do livro apontam para uma edição clandestina. A escrita em versos satíricos não era tida como abuso passível de punição, uma vez que obscenidades e maledicência faziam parte dos preceitos retóricos, calcados especificamente nas regras dos gêneros baixos e destinadas à recepção de juízos discretos³⁰, de modo que as críticas e despudores do texto não deveriam gerar transtornos a alguma “autoria”³¹. Afinal, a sátira seiscentista não se formava contra a moral, mas a favor de sua explicitação. Como lembra João Adolfo Hansen, a “obscenidade produz monstros que ilustram a normatividade da Lei”³².

Sob essa ótica, o nome “Théophile de Viau” poderia ter sido escolhido como o mais autorizado para respaldar o conteúdo apresentado, em processo de apropriação absolutamente comum nos usos da sátira³³. Contudo, na qualidade de papéis avulsos tornados impresso espúrio, *Le Parnasse satyrique* também poderia funcionar como instrumento de

²⁸ LACHÈVRE, Frédéric. *Le procès du poète Théophile de Viau*: 11 juillet 1623 - 1er septembre 1625. Tome Premier. Genève: Slatkine Reprints, 1968. P. 113-114.

²⁹ ANÔNIMO. *Le Parnasse Satyrique des poètes de ce temps*. Paris: s/ed., 1622.

³⁰ “A dupla funcionalidade constitui dois tipos de destinatários textuais, discretos e vulgares, figurados como tipos intelectuais conhecedores dos preceitos aplicados (discretos) e ignorantes dos mesmos (vulgares). Na maior ou menor congruência semântica das sinédoques e metáforas que compõem os retratos dos tipos satirizados, as agudezas ridículas ou maledicentes dos estilos especificam a superioridade do juízo do destinatário discreto, capaz de refazer na recepção as distinções dialético-retóricas aplicadas pela enunciação aos conceitos encenados. Sinônimo do sujeito de enunciação, o destinatário discreto recebe a representação duplamente, como tipo apto a entender a significação engenhosa das deformações cômicas dos temas e a perícia técnica do artifício aplicado à invenção. Quanto ao destinatário vulgar, a sátira é composta contra ele, acusando-o de falta de virtudes ortodoxas, para a qual prescreve a correção das normas institucionais que regulam as ações, e para ele, divertindo-o com vulgaridades sem regras aparentes do juízo.” HANSEN, João Adolfo. Pedra e cal: freiráticos na sátira luso-brasileira do século XVII. *Revista USP*, São Paulo, Nº 57, março/maio 2003. P. 70.

³¹ Como sugere João Adolfo Hansen, a autoria é, nesses casos, “[...] produzida pela unificação que se torna produtiva *a posteriori*”. Trata-se de uma “etiqueta ou um dispositivo discursivo, unidade imaginária e cambiante nos discurso que o compõem contraditoriamente [...]. Não-substancial, é efeito ou produto da leitura [...], não sua causa ou origem.” HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. Campinas: Ateliê Editorial/UNICAMP, 2004. P. 31.

³² HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*... P. 58.

³³ “É pressuposto reiterado neste trabalho que a forma mista da sátira implica apropriação, interpolação, alteração, falsa atribuição etc. Nela, a emulação hoje entendida anacronicamente como ‘plágio’ é estrutural.” HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*... P. 71.

ataque, pois, se fosse imputado a outro letrado, poderia resultar em consequências desastrosas. Lendo o texto desse modo, é lícito pensar que a atribuição a Théophile de Viau constituía mais uma estratégia de uma política da escrita.

Ainda que possamos igualmente especular que Théophile e outros poetas citados tenham se envolvido com a publicação na expectativa de que o gênero escolhido os protegesse contra potenciais investidas eclesiásticas, essa opção deixou de existir no momento em que o jesuíta François Garasse, próximo do cardeal de La Rochefoucauld, decidiu³⁴ polemizar contra o livro. No início do ano seguinte, ele obteve privilégio real para vituperar o *Parnasse satyrique*. Quanto a de Viau, imediatamente procurou se afastar da publicação. A terceira edição de suas *Oeuvres* presta esse testemunho com a adição de um prefácio em que o “único virtuoso” nega com veemência ter se envolvido com o *Parnasse satyrique* e sustenta aquele se tratar de um projeto contra seu nome e autoridade³⁵. Para defender-se, Théophile de Viau mantém-se no *ethos* do virtuoso, assegurando que poderia ter imposto severas punições aos impressores responsáveis pelo *Parnasse*, embora tenha decidido perdô-los por sua “ignorância”:

Subornaram Impressores para divulgar, em meu nome, Versos sujos e profanos, que nada têm de meu estilo nem de meu temperamento. Quisera eu a Justiça soubesse quem foi o Autor para puni-lo. Mas os livreiros dizem não conhecê-lo, nem seu nome, nem sua aparência, e encontram-se castigados por este impostor. Os Juízes quiseram tratá-los com toda a severidade que meu bom direito lhes requer; mas o poder que me foi concedido para vingar-me retirou minha vontade. E, como eu não quis contestá-los judicialmente para fazer o mal, mas sim para evitá-lo, eu perdoei os ignorantes, que somente abusaram de meu nome para o proveito da venda de seus livros, e me contentei em fazer com que eles eliminassem os exemplares, com a interdição de reimprimi-los³⁶.

No fim de 1623, Théophile de Viau tentou fugir e foi capturado. Preso e aguardando julgamento, nada pôde fazer para deter as muitas passagens que começaram a circular por Paris contendo críticas diretas e admoestações para que os demais letrados não se

³⁴ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 41.

³⁵ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 42.

³⁶ “On a suborné des Imprimeurs pour mettre au jours, en mon nom, des Vers sales et profanes, qui n’ont rien de mon style ny de mon humeur. J’ay voulu que la Justice en sçeut l’auther pour le punir. Mais les libraires n’en cognoissent à ce qu’ils disent, ny le nom, ny le visage, et se trouvent eux-mesmes en la peine d’estre chatiez pour cest imposteur. Les Juges les ont voulu traicter avec toute la sévérité que mon bon droict leur a demandée; mais le pouvoir que j’ay eu de me vanger m’en a osté l’envie. Et, comme je n’ay point plaidé pour faire du mal, mais pour en éviter, j’ay pardonné à des ignorans, qui n’ont abusé de mon nom que pour l’utilité de la vente de leurs Livres, et me suis contenté d’en faire supprimer les exemplaires, avec la deffense de les r’imprimer.” APUD LACHÈVRE, Frédéric. *Le procès du poète Théophile de Viau...* P. 119.

esquecessem do decoro cortês e da prudência que estavam no centro de quaisquer práticas declaradas não libertinas. Duas cartas de Balzac que, embora datadas de antes da prisão, podem ter sido escritas depois e alteradas³⁷, servem de indício da difícil situação de de Viau. Foi então que o “único eloquente” referiu-se, pela última vez, ao “único virtuoso”:

Ele julgou, talvez, que devesse buscar um outro caminho para receber a deferência da corte, e que, de poeta medíocre, ele pudesse se tornar grande Legislador. Muito embora se diga em todas as partes que, após ter atormentado numerosos espíritos e ter andado longamente em meio à turba ignorante, ele agiu, no fim, como um homem que se lançaria de um precipício para provar-se bom saltador³⁸.

Guez de Balzac jogou com a posição de “único”, tornando a virtude em vício. O isolamento pretendido por de Viau transforma-se em armadilha a partir da associação da *vanitas* de um pretensioso eloquente que era de fato “poeta medíocre” e alguém que anda em meio ao “povo”, categoria de alteridade que funcionava por oposição ao par *la cour et la ville*, ao horror da imprudência, representada discursivamente pela analogia com a queda intencional. Todos os atributos da *auctoritas* estabelecidos ao longo dos quase dez anos desde o retorno a Paris foram invertidos no ataque de Balzac, exceto um. A manutenção da posição do “um/único” e seu corolário, a predicação de que quaisquer pontos de vista eram inapropriados a um discurso resolvido numa amplificação pétreia.

Não muito tempo depois, tendo sua efígie queimada em praça pública e seus demais escritos devassados como exemplos de que sua falta de decoro poderia se vinculada a cada uma de suas linhas, Théophile de Viau faleceu. Guez de Balzac, apesar das polêmicas discretas em torno de sua “querela”, conquistou muito prestígio nos anos subsequentes, vindo a integrar o corpo da *Académie française* na época em que seu lema – “À l’immortalité” – era criado.

Rer Guez de Balzac nestes termos confere um sentido forte ao gesto eficaz de estender o corpo de De Viau sobre o labirinto letrado que desembocava nos favores da corte e servia de ponte sobre o abismo que o separava da imortalidade das letras.

³⁷ JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 43.

³⁸ “Il a jugé, peut-être, qu’il devoit chercher un autre chemin pour se mettre en crédit à la cour, et que de Poète médiocre, il pourroit devenir grand Législateur. Si bien qu’on dit partout qu’après avoir renversé quantité de faibles esprits, et paru longtemps au milieu d’une multitude ignorante, il a fait à la fin comme un homme qui se jetteroit dans un précipice pour acquérir la réputation de bien sauter.” JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature...* P. 44.

II

1. A chamada “querela dos antigos e dos modernos” é a disposição histórica, por certo monumentalizada desde a serialização proposta pelo livro do abbé Iraitlh³⁹, de uma série de controvérsias publicadas na França entre os séculos XVII e XVIII. A mais célebre dentre elas foi aquela iniciada por Charles Perrault. Perrault, geralmente alocado na linhagem de “modernos” que teria sido inaugurada na França por Richelieu⁴⁰, fez ler um poema de sua autoria intitulado *Le siècle de Louis le grand* em sessão extraordinária da *Académie* em 27 de janeiro de 1687. Elogiava as conquistas de Luís XIV, recentemente recuperado de um problema de saúde, e vituperava os conhecimentos antigos, especialmente os gregos, reduzidos à qualidade de *fábulas*⁴¹ por meio da tópica da “Grécia mentirosa”, encontrada, dentre outros, nas reciclagens de Tácito a partir do século XVI (*De oratoribus*, III, 4). Quanto aos romanos, eram considerados dignos dos franceses apenas na medida em que serviriam de modelo adequado para superação, conforme podemos ler na declaração inicial:

A bela Antiguidade fora sempre venerável,
Mas eu nunca acreditei que ela tivesse sido adorável.
Vejo os Antigos sem dobrar os joelhos,
Eles são grandes, é verdade, mas homens como nós;
E pode-se comparar sem temor de ser injusto,
O século de LUÍS ao belo Século de Augusto⁴².

³⁹ LILTI, Antoine. Querelles et controverses: les formes du désaccord intellectuel à l'époque moderne. *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, No 25, 2007/01. P. 14. O livro de Iraitlh intitula-se *Querelles littéraires, ou Mémoires pour servir à l'histoire des révolutions de la république des lettres, depuis Homère jusqu'à nos jours*, e foi publicado em 1761.

⁴⁰ “Autour de Richelieu, on avait déjà vu se dessiner les premiers linéaments de la doctrine des ‘Modernes’. L’un des ‘écrivains du Cardinal’, l’abbé de Boisrobert, prononce devant l’Académie française en 1637 un *Discours contre les anciens*. Un autre zélateur de Richelieu, l’abbé d’Aubignac, opposait à Corneille une poétique rationalisée qui anticipe celles des Modernes du règne suivant. Ce même abbé avait écrit des *Conjectures académiques ou dissertations sur l’Iliade*, qui ne furent publiées qu’en 1715, en pleine Querelle d’Homère elles mettaient en doute l’identité même d’Homère, et cherchaient à ruiner toute admiration pour son art. L’un des plus proches collaborateurs littéraires de Richelieu, Jean Desmarets de Saint-Sorlin, sera le chef du parti des Modernes sous Louis XIV, avant de passer le flambeau à Charles Perrault. La supériorité absolue demandée pour le ‘siècle de Richelieu’ découlait logiquement pour ses thuriféraires de la transcendance politique de ce prince moderne. La doctrine du poème de Perrault, dédié à Louis XIV au sommet de sa puissance, a été amorcée par l’entourage du Cardinal.” FUMAROLI, Marc. *La querelle des Anciens et des Modernes – xvii-xviii siècles*. Paris: Gallimard, 2001. P. 81-82.

⁴¹ “La Grèce toujours veine est encor sur ce point / Fabuleuse à l’excès et ne se dément point.”

⁴² La belle Antiquité fut toujours venerable, / Mais je ne crus jamais qu’elle fust adorable. / Je voy les Anciens sans ployer les genoux, / Ils sont grans, il est vray, mais hommes comme nous; / Et l’on peut comparer sans craindre d’estre injuste, / Le Siecle de LOUIS au beau Siecle d’Auguste.” PERRAULT, Charles. *Le Siècle de Louis le Grand: poème*. Par M. Perrault de l’Academie Française. A Paris, chez Jean Baptiste Coignard, Imprimeur & Libraire ordinaire du Roy, rue S. Jacques, à la Bible d’or, 1687. P. 3.

Foi na sequência da publicação do poema de Perrault que surgiram diversas reações a seu favor, em contrário e também posições ditas medianas, cujos discursos afirmavam ver qualidades em ambos os “partidos”; é dentre eles que encontramos o texto que nos interessa particularmente, a *Histoire poétique de la guerre nouvellement déclarée entre les Anciens et les Modernes*, escrita por François de Callières em 1688 e traduzida para o inglês em 1705.

Callières nasceu em família abastada, tendo recebido uma formação condizente com os negócios diplomáticos e o ócio letrado que o levaram à indicação para posto na *Académie française* em dezembro de 1688, quando a *Histoire*, assim como os panegíricos que endereçou a Luís XIV⁴³ já estavam em circulação. No discurso que proferiu quando de sua ascensão à *Académie*, aludiu às afinidades com aqueles viria a acompanhar no enaltecimento do rei por meio de uma ação conciliatória, isto é, que atribuía elogios a antigos e modernos, procedimento decoroso em se tratando de uma instituição que abrigava membros de ambos os “partidos”.

Ao saudar a *Académie*, Callières recorreu a lugares-comuns da *auctoritas* constituída pelos acadêmicos desde 1635. Chamou seus colegas e a si mesmo de “famille des Muses”, e equiparou aquele grêmio ao Parnaso dos “primeiros homens do Estado e sublimes gênios de nosso século”. Dispôs a *Académie* como o lugar de aperfeiçoamento da eloquência e da poesia francesa, pois antes de sua instituição só teria havido lugar para “rudeza e o mau gosto dos séculos precedentes”, época em que proliferavam “discursos inflados por figuras ultrajantes e por termos tirados das línguas mortas que os lançavam na escuridão. Mas, se a *Académie* prosperava com a luz tirada da *paragone* com as trevas antigas, eram estas que os guiavam contra outros modernos, os letrados de “Nações vizinhas”; pois era a partir dos conselhos antigos, “o modelo desses grandes originais da antiguidade”, que os franceses puderam depurar sua língua de solecismos, barbarismos e vulgaridades, a tornando “simples, natural, fácil e no entanto viva, nobre e elevada em sua simplicidade”, apta a “agradar e persuadir”⁴⁴.

Callières conciliou o passado e o presente para postular o futuro da *Académie* na posteridade, objetivo cumprido com a escolha de tópica estabelecida por Cícero em sua oração pela defesa de Árquias⁴⁵ (*Oratio pro Archia poeta*), a qual, não tendo sido citada, deve ter sido facilmente reconhecida pela audiência a que visava o discurso no seu momento original de enunciação. Discorrendo sobre a força da poesia, cuja persuasão era tamanha a

⁴³ NÉDELEC, Claudine. Penser l'héritage dans *Histoire poétique de la guerre nouvellement déclarée entre les Anciens et les Modernes* de François de Callières (1688). *Littérature classique*, No 75, 2011/2. P. 184.

⁴⁴ CALLIÈRES, François de. *Discours prononcé le 7 février 1689*, par Mr. DE CALLIERES, lorsqu'il fut reçu à la place de seu Mr. Quinault. Paris: Académie Française, 1690. P. 1

⁴⁵ Sobre esta oração e a *auctoritas* da posteridade ciceroniana, veja-se DE SÁ JÚNIOR. Uma leitura do *Pro Archia* de Cícero. *Anais do XVIII Encontro regional da ANPUH-MG*, 2012. P. 1-8.

ponto de nublar a visão dos antigos na direção da crença em falsos deuses, Callières também fez notar seu lado positivo, a saber, a capacidade de imortalizar as ações dos heróis, “perpetuadas na memória dos homens”. E, elaborando engenhosamente seu *ethos*, defendeu que estes heróis perpetuados não o seriam sem aqueles que transmutassem seus feitos em papel e tinta: “O que fez Alexandre lamentar por não ter um Homero que imortalizasse sua glória da mesma forma que Homero imortalizara a de Aquiles”⁴⁶.

O passo final de Callières consistiu em juntar a glória pessoal dos cronistas aos feitos dos heróis, neste caso, o maior deles, Luís XIV, pelo fio condutor da instituição que era a *Académie*. O termo *instituição* era central para a formulação dos argumentos de Callières em seu discurso, uma vez que a *Académie* era, para ele, tanto *instituída* pelo “gênio sublime de Richelieu”, orientado no sentido da glória do estado e da sua própria, quanto *instituída* letrados aptos a perseguir essas mesmas glórias para seus próprios nomes. A *Académie* seria, portanto, uma máquina de posteridade – “à l’immortalité” era, como vimos, o lema chancelado por seus estatutos –, pronta a recompensar suas melhores engrenagens:

Ele [Richelieu] acreditava, a exemplo do grande Alexandre, que não bastava fazer ações dignas de uma eterna memória se ele não formasse gentes capazes de as fazer falar à Posteridade, de modo que trabalhou com sucesso para formar Homeros e Demóstenes ao criar a *Académie*⁴⁷.

Essa perspectiva postulava, em síntese, a inoperância dos feitos sem seus relatos. Ela nos mostra, acima de tudo, que o propósito geral das atividades letradas dos envolvidos com a “querela” voltava-se a um sentido comum, assim como os dispositivos por eles empregados. Ele poderia ser reduzido a dois pontos: apenas os letrados podem conservar as memórias dos heróis; para haver heróis, é preciso haver guerra.

2. O texto da *Histoire poétique* alegoriza o confronto entre antigos e modernos que teria sido iniciado por Perrault. A força do poema teria apartado todos os acadêmicos, que acabaram divididos em dois grupos. Enquanto discutiam acaloradamente os rumos daquela controvérsia, *Fama*, tendo assistido à leitura do poema, voou em direção ao Parnaso para

⁴⁶ CALLIÈRES, François de. *Discours prononcé le 7 février 1689...* P. 2. A tópica de que Callières beneficiou deriva desta passagem: “Quantos cronistas dos seus feitos esse grande Alexandre não teve consigo, segundo se conta! E, contudo, ao passar no Sigeu, à beira do túmulo de Aquiles, exclamou: ‘venturoso jovem, que encontrei em Homero o pregoeiro da tua virtude!’ E com razão: se não tivesse existido a famosa *Ilíada*, o mesmo túmulo que lhe cobrira o corpo ter-lhe-ia também sepultado o nome.” (*Pro Archia*, X, 24).

⁴⁷ “Il a creu à l’exemple du grand Alexandre qu’il ne suffisoit pas de fair des actions dignes d’une éternelle memoire, s’il ne formoit des esprits capables de les faire parler à la Posterité, il a travaillé avec succes à former des Homeres & des Demosthenes, en créant l’Académie.” CALLIÈRES, François de. *Discours prononcé le 7 février 1689...* P. 2.

informar Apolo. Nesse meio tempo, um terceiro partido estava em formação, abrangendo aqueles que defendiam que nem Antigos nem Modernos teriam a vitória em todos os aspectos. Fica aberto, desde logo, o espaço da *paragone*. Esta transforma-se em guerra quando um dos letrados, “Monsieur -----”, sonha com a visita da *Fama*, que o informa dos resultados de seu relato no Parnaso. Segundo ela, o efeito da disputa foi o mesmo suscitado pelo pomo outrora lançado por Éris⁴⁸. É por isso que o poema de Perrault teria ficado conhecido, no Parnaso, como o “poema da discórdia”⁴⁹.

A técnica alegórica de Callières escolhe a guerra de Tróia como ponto de partida para narrar a disputa por *auctoritas* entre antigos e modernos. Desse modo, empregava os motivos graves da epopeia no burlesco próprio do gênero da comédia, propondo um *divertissement* para seus leitores calcado naquilo que chamou de “espécie de poema em prosa de nova invenção”, derivado da poesia épica⁵⁰. A epopeia em prosa, típica das práticas letradas no século XVII, embora pouco organizada em termos preceptísticos⁵¹, apontava para a similitude entre as posições defendidas no texto e as circunstâncias técnicas que as comunicavam.

O enredo da fase inicial da guerra ajuda-nos a enxergar isso, e pode ser resumido assim. A princípio, o que se postulava era a constituição de dois exércitos com posições idênticas a serem preenchidas por antigos e modernos. As discussões em torno da eleição dos generais, lugares-tenentes e outros postos consome a primeira parte da *Histoire Poétique*. Se, pelo lado dos antigos, a escolha de Homero como “generalissimo” detentor de poderes idênticos aos de Agamenon é imediata⁵², os modernos têm dificuldades em eleger seu líder. Como Callières explica, no partido dos modernos todos desejavam “falar ao mesmo tempo”; analogamente, “ninguém estava disposto a ceder a preferencia a outrem, cada qual externando a melhor opinião de si mesmo”⁵³. Callières representa aqui atitudes indecorosas, o que, é claro, era decoroso dentro da escrita baixa, talvez refratando os comentários conhecidíssimos do jesuíta René Rapin sobre o assunto:

⁴⁸ O texto, neste ponto, abre uma nota para explicar que Éris era a “Goddess of Discord”, indicando o seu caráter vulgarizador. Ele não se destinava aos leitores cultos da universidade, considerados “pedantes”, mas aos *honnêtes hommes* ou *honnêtes gens*, leitores discretos da “court et la ville”.

⁴⁹ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern: orators, poets, painters, musicians, statuaries and other Arts & Sciences. Together with a POEM (In Blank Verse) INTITLED: The Age of LEWIS the Great. Made English from the French Original, Written by the Bishop of Cambray (Author of Telemachus)*. London: Printed, and Sold by John Nutt, near Stationers-Hall, 1705. P. 3-4

⁵⁰ NÉDELEC, Claudine. *Penser l'héritage...* P. 186.

⁵¹ MUHANA, Adma. *A epopeia em prosa seiscentista*. São Paulo: UNESP, 1997. P. 15.

⁵² CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 4.

⁵³ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 14.

Época feliz, quando os poetas eram tão modestos, oxalá veremos estes dias novamente! Nada é mais pernicioso que um escriba preocupado com seu próprio mérito. Ele cansa todo o mundo ao propagar eternamente seus labores: e tão logo ele consiga por uma rima ao fim de uma linha, espera que todo o mundo reconheça seu talento, enquanto os grandes homens sofrem com seus labores que tentam engenhosamente ocultar⁵⁴.

Após considerar – e rejeitar – diversas proposições, o exército moderno escolhe Corneille como seu general, pois este, além de ser o príncipe do gênero dramático, teria contraído amizade com o antigo Luciano, conhecendo, assim, algo das estratégias inimigas⁵⁵. Feitos os inúmeros acordos que terminaram por apaziguar os descontentes, Corneille propõe que todos façam juramento sob seu comando nos seguintes termos:

I – As tropas não deveriam agir direta ou indiretamente contra os interesses de seu Partido.

II – As tropas não deveriam restituir os Antigos de qualquer dos roubos contra eles realizados.

III – As tropas não deveriam em nenhuma hipótese mostrar-se em dívida com os Antigos por nada.

IV – As tropas deveriam lutar contra os Antigos com implacável malícia e ódio⁵⁶.

Diversos combates sucedem a partir de então e, como nenhum partido alcança a supremacia necessária para encerrar a guerra, embora ao fim estejam cada qual unidos como “um corpo” homogêneo⁵⁷, Clio sugere enviar um mensageiro a Apolo para este ponha um fim às hostilidades. Ela indica Calíope, sua irmã que preside os versos heroicos, para cantar o poema que deu início ao conflito. Apolo ordena que ela convoque todos para dar-lhes audiência e por fim à querela. Ambos os exércitos obedeceram prontamente, abandonando as formações estabelecidas para a batalha⁵⁸. Tendo ouvido as posições dos generais e de outros combatentes, Apolo pondera as razões de todos e os convoca para comunicar-lhes suas deliberações, lidas por Clio na forma de “decretos”⁵⁹. Os decretos fazem justiça a ambos os partidos, destacando a excelência de modernos como Corneille, batizado de “Sófocles da França”, e a necessidade de manter a chama dos antigos acesa, por meio do estudo do latim e

⁵⁴ RAPIN, René. Reflections on Aristotle's treatise of poesie, containing the Necessary, Rational, and Universal RULES for Epick, Dramatick, and the other sorts of Poetry. With reflections on the works of the ancient and modern poets, and their faults noted. London. Printed by T. N. for H. Herringman, at the Anchor in the Lower Walk of the New Exchange, 1674. P. 8.

⁵⁵ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 18.

⁵⁶ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 22.

⁵⁷ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 33.

⁵⁸ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 112-115.

⁵⁹ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 136.

do grego⁶⁰. Dispensados com o fim da fala de Apolo, os exércitos retornam a suas casas, mas dois letrados permanecem na sala, Racine e Boileau. Apolo os saúda pela elevação do nome da França, e diz que eles ganharão uma glória toda nova quando terminarem a “grande tarefa” que seria escrever a história do rei. Afirma, então, que “Eu, que conheço bem o futuro, sei que ambos irão adquirir glórias imortais”⁶¹. Para que o elogio cumpra o objetivo de imortalizar o herói, Apolo afirma ser necessário não apenas escrever sobre os feitos passados, mas iluminar as glórias futuras do rei por meio da profecia que lhes confere. Diz-se, então, que:

Ambos os Modernos, encantados com o relato da Glória imortal destinada a seus trabalhos, endereçaram seus melhores agradecimentos a ele [Apolo]: a seguir, ele ascendeu rumo ao céu, cercado por Luz, para continuar abençoando o Mundo: tendo seus raios mais límpidos os atingido e iluminado os espíritos desses dois excelentes Autores, eles retornaram aos viventes na plenitude desse Deus⁶².

O conteúdo dessa profecia não nos surpreende se lido dentro dos quadros da instituição retórica. Mas, indo além, poderíamos sondar essas declarações na medida da identificação do exercício político que ela contempla. A guerra poética de Callières foi, como vimos, um texto escrito com um propósito claro: alcançar uma posição na *Académie*. Ao adensarmos a análise do texto, poderemos notar como todo a guerra remete de maneira densa a esta instituição.

A guerra poética, epiditicamente *encenada* a partir do costume ciceroniano colhido no *Pro Archia*, reduz os pontos de vista dos vários “antigos” e “modernos”, silenciados pela palavra definitiva de Apolo, que, além de ponderar os pesos dos passados e dos viventes, também prescreve o futuro. A figura alegórica de Apolo remeteria, nessa situação, a um personagem específico, a saber, o cardeal Richelieu, e também a um momento específico, a fundação da *Académie Française* em 1635. Os partidos seriam alegorias dos debates que ocorreram no Parlamento em torno da criação da instituição, enquanto que os Decretos de Apolo seriam figuras dos estatutos da *Académie*. A união dos “exércitos” antigos e modernos equivaleria à união dos letrados cinquenta anos antes num “corpo” comum tipificado como categoria de Antigo Regime. Para alcançar a imortalidade, os letrados da *Académie* eram, assim, unificados, tornando-se parte de uma só e mesma *auctoritas*. Suas políticas da escrita os tornavam *unico eloquente*.

⁶⁰ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 167-168.

⁶¹ CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 178.

⁶² CALLIÈRES, Monsieur de. *Characters and criticisms, upon the ancient and modern...* P. 180.